

O ESCRITOR DA MOSSAD

© 2026 OCTÁVIO VIANA | SILENT PEN ®

O ESCRITOR DA MOSSAD

Publicado nos EUA e UE

Primeira impressão 2026 (1.^a edição)

Referência Interna SP2026.32 | 30.09.2026 | 23:23

silentpenltd@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a permissão prévia por escrito do editor, exceto no caso de breves citações incorporadas em análises críticas e alguns outros usos não comerciais permitidos pela lei.



*Algumas histórias pedem fontes.
Outras pedem coragem.*

Prólogo

O leitor chega sempre tarde.

Talvez nunca tenha pensado nisso, o que é compreensível, há coisas que fazemos durante toda a vida sem sentirmos necessidade de lhes examinar o mecanismo, abrir uma porta, apertar a mão de alguém, acreditar numa fotografia, começar um livro, mas quando o leitor abre a primeira página tudo aquilo que vai encontrar já aconteceu, as pessoas já disseram o que tinham a dizer, incluindo o que mais tarde jurarão nunca ter dito, os aviões aterraram ou caíram, os amantes ficaram ou partiram, os governos negaram antes de confirmar, confirmaram antes de saber, os mortos morreram sem a consideração de esperar que o narrador percebesse porquê e, algures, sentado diante de um computador, um homem que conhece o fim escolheu a primeira frase.

Esse homem, neste caso, sou eu.

A vantagem é considerável.

Conheço agora a importância de pessoas a quem, quando apareceram, não prestei atenção suficiente, recordo palavras que naquele momento me pareceram banais e que hoje carregam o peso inconveniente das coisas que sobreviveram a quem as pronunciou, sei que certas perguntas foram feitas pela razão errada e certas respostas estavam corretas apesar de terem sido dadas por pessoas em quem eu não devia ter confiado, circunstância que complica bastante a moral das histórias, porque fomos ensinados a preferir a verdade dita pelos bons e a mentira dita pelos maus, quando a experiência demonstra que os maus podem dizer a verdade por interesse e os bons mentir por medo e que entre ambos existe a espécie muito mais numerosa daqueles que não sabem exatamente o que estão a fazer mas fazem-no com suficiente convicção para causar consequências.

Tudo isto eu sei agora.

Na altura sabia muito menos.

Seria possível tentar reproduzir essa ignorância, fingir em cada página que desconheço o que existe na seguinte, mostrar surpresa

onde já não a sinto, colocar uma sombra no rosto de alguém cuja identidade hoje conheço, escrever ouvi aquilo sem acrescentar que anos, meses ou apenas dias depois compreendi outra coisa e talvez seja essa uma das convenções necessárias do romance, o escritor sabe que a porta vai abrir-se mas escreve como se ainda estivesse fechada, sabe quem está do outro lado mas demora a rodar a maçaneta porque o leitor pagou, em dinheiro ou em tempo, pelo direito de não saber demasiado cedo.

Há, contudo, um problema.

Eu não inventei todas estas portas.

Também não escolhi todas as pessoas que estavam do outro lado.

Algumas entraram.

Outras foram convidadas.

Certas pessoas disseram-me a verdade.

Certas pessoas mentiram.

Pelo menos uma categoria destas duas continuará discutível quando o livro terminar.

Dirá o leitor que começo mal, porque um narrador que na primeira página anuncia não saber distinguir com segurança a verdade da mentira talvez devesse ter escolhido outro ofício, ao que eu poderia responder que precisamente por isso escolhi este, embora a resposta seja demasiado simpática para merecer inteira confiança.

A simpatia é um perigo frequentemente subestimado.

Uma frase bem construída consegue fazer por uma ideia aquilo que um bom advogado faz por um cliente culpado, não altera necessariamente os factos, apenas os coloca numa ordem em que parecem menos inconvenientes, começa pela infância, passa pelas circunstâncias, introduz uma dúvida onde antes havia uma certeza, reserva para o fim o pormenor que teria mudado a leitura do princípio e, quando termina, ninguém pode acusá-lo de ter mentido porque todas as peças estavam sobre a mesa.

Apenas não chegaram ao mesmo tempo.

Aprendi durante estes meses que a ordem em que uma verdade chega pode ser tão importante como a própria verdade.

Talvez já soubesse.

Há conhecimentos que só reconhecemos depois de sofrer as suas consequências.

O leitor verá uma imagem e desejará saber se é verdadeira, pergunta sensata mas insuficiente, porque depois será necessário perguntar quando foi feita, por quem, quem a recebeu primeiro, quem decidiu mostrá-la, o que ficou fora do enquadramento, que palavras foram colocadas por baixo dela, quem traduziu essas palavras, quem as repetiu e, finalmente, por que razão todos nós temos esta necessidade infantil de acreditar que uma coisa verdadeira transporta consigo uma interpretação verdadeira.

Transporta apenas aquilo que contém.

O resto levamos nós.

Acontece o mesmo com os livros.

Veja-se este título.

“O Escritor da Mossad”

Já fez algum trabalho antes de eu começar.

Colocou uma organização dentro da cabeça do leitor, talvez homens de fato escuro, talvez aeroportos, vigilâncias, operações clandestinas, quartos onde ninguém entra por acaso, pessoas que sabem o nosso nome antes de nos apresentarmos, todas essas imagens que o cinema nos entregou gratuitamente e que depois cobramos à realidade como se ela tivesse obrigação de corresponder à imaginação.

Talvez o leitor tenha comprado o livro por causa dessas palavras.

Talvez o tenha aberto precisamente para descobrir em que sentido sou o escritor da Mossad.

O artigo definido é especialmente comprometedor, como são quase sempre os artigos definidos quando aparecem antes de instituições poderosas, porque dizer da Mossad parece estabelecer uma relação que escrever sobre a Mossad, para a Mossad, contra a Mossad, por causa da Mossad ou apesar da Mossad deixaria ainda em aberto.

Poderia explicar já o título.

Seria uma descortesia para com as próximas páginas e uma imprudência para comigo.

Contentemo-nos por enquanto com a gramática.

A gramática já condenou pessoas por menos.

Existe outra coisa que devo declarar antes de começarmos, declaração é palavra excessiva, admito, faz pensar em alfândegas e tribunais, mas talvez convenha precisamente por isso, porque um

escritor que conta acontecimentos nos quais participou deveria ser obrigado a preencher qualquer coisa semelhante a uma declaração de interesses.

Conheci algumas destas pessoas antes de começar esta história.

Gostei de algumas.

Desejei algumas.

Desconfiei de pessoas que talvez não merecessem a desconfiança e confiei noutras que certamente fizeram alguma coisa para a merecer, embora possa não ter sido aquilo que eu pensava.

Tive interesses económicos.

Tive vaidade.

Tive medo, menos vezes do que seria prudente e mais vezes do que admiti na altura.

Quis perceber.

Quis também ter razão.

As duas vontades não são sinónimas.

Talvez esta seja a informação mais útil que posso oferecer ao leitor antes de lhe pedir que me acompanhe.

Um homem que investiga alguma coisa procura a verdade, dir-se-á, mas um homem que já formulou uma hipótese procura muitas vezes apenas material suficientemente sólido para deixar de lhe chamar hipótese e existe uma diferença enorme entre ambas as atividades, embora vistas de fora possam envolver os mesmos telefonemas, os mesmos documentos, os mesmos aviões e as mesmas noites sem dormir.

Também escrevi este livro.

Esse facto coloca-me numa posição pior.

Posso retirar uma hesitação.

Posso colocar duas conversas lado a lado quando entre elas decorreram quinze dias.

Posso recordar um olhar depois de saber o que aconteceu e atribuir-lhe uma intenção que naquele instante não vi.

Posso dizer que suspeitei.

Posso escrever que alguma coisa me incomodou.

Posso até acreditar sinceramente nisso.

A memória é excelente a fabricar pressentimentos depois de conhecer o desastre.

Por essa razão, quando eu escrever que naquele momento não sabia, o leitor poderá acreditar-me ou não.

Quando escrever que hoje sei, recomendo maior prudência.

Saber depois é uma forma muito confortável de inteligência.

Existe ainda uma tentação mais perigosa, a de confessar os próprios defeitos antecipadamente para impedir o leitor de os descobrir sozinho, técnica antiga e bastante eficaz, admito que sou vaidoso e talvez o leitor deixe de procurar a manipulação, reconheço que tive interesse económico e parece que resolvemos o conflito de interesses, explico que posso ter sido utilizado e imediatamente me transformo, por um pequeno milagre narrativo, de cúmplice em vítima.

Convém que o leitor não me conceda essa facilidade.

Também não lhe peço o contrário.

Seria igualmente cómodo transformar cada silêncio em conspiração, cada coincidência em plano, cada homem reservado num agente e cada agente num representante perfeito da instituição a que pertence, como se os Estados possuíssem uma única vontade e as organizações fossem criaturas com cérebro próprio, sem incompetentes, dissidentes, vaidosos, prudentes, fanáticos, funcionários parvos, estourados, cansados e pessoas que simplesmente receberam uma ordem numa sexta-feira e gostariam de chegar a casa a horas.

Desconfie, portanto.

Inclua-me na lista.

Só peço uma coisa e mesmo esta não tenho autoridade para exigir, espere que os factos cheguem antes de escolher a explicação.

Falharei eu próprio várias vezes nessa disciplina.

Talvez o leitor também.

É assim que estas coisas funcionam.

Primeiro acontece alguma coisa.

Depois alguém lhe dá um nome.

A seguir começamos a lutar pelo nome e, quando finalmente olhamos de novo para aquilo que aconteceu, já quase ninguém consegue vê-lo sem a legenda.

Poderia começar esta história em Lisboa.

Poderia começá-la numa embaixada.

Poderia escolher uma sala, uma pergunta, um nome pronunciado por alguém que sabia mais do que eu, porque agora conheço a

utilidade narrativa dessas coisas e nenhum escritor ignora a vantagem de abrir um livro com uma ameaça bem colocada.

Seria falso.

A história começou num lugar muito mais inconveniente para um *thriller*.

Começou com felicidade.

Uma mulher estava comigo.

Isto, compreendo agora, também fará o leitor concluir coisas antes de tempo.

Não tentarei impedi-lo.

Naquele momento eu não pensava neste livro, não pensava em serviços de *intelligence*, não pensava em governos, em operações de influência, em imagens, fontes, atribuições ou na ordem em que uma verdade deve chegar para conseguir vencer outra.

Estava de férias.

Talvez seja esta a última frase inteiramente inocente deste livro.

1

O Pé na Água

Espanha, Maiorca, Ses Salines, Es Carbó

O meu pé entrou na água quando o *llaüt* desceu com a ondulação, saiu logo depois, voltou a entrar e durante algum tempo foi essa a única medida que aceitei do mundo, o contacto morno a subir-me pelos dedos e a madeira aquecida pelo sol debaixo das costas. Estava deitado ao comprido junto da borda, com uma perna dobrada dentro da embarcação e a outra pendurada para fora, o livro aberto sobre o peito, preso pelo polegar para que a brisa não me obrigasse a reler páginas que já lera. O casco balançava sem pressa. Eu também.

À sombra do toldo claro, uma garrafa de vinho branco conservava-se numa pequena geleira, entre gelo desfeito e duas embalagens de fruta. Havia dois copos nos bancos, um com a marca dos lábios da Cláudia, o outro junto da minha camisa e uma toalha torcida sobre uma defesa. O motor estava desligado. As cordas davam pequenos estalidos contra a madeira envernizada, ruído suficiente para lembrar que o barco tinha peso e história, insuficiente para exigir de nós qualquer decisão.

A Cláudia nadava a poucos metros, aparecendo e desaparecendo por trás do brilho da superfície, um braço, o cabelo molhado, o rosto erguido para respirar. Tinha ficado na água quando eu subi, o que era previsível, tão previsível como o facto de me roubar a toalha apesar de ter trazido duas ou de negar à noite que ressonava, com a serenidade de quem sabe que numa cama partilhada não existem testemunhas imparciais. Conhecia-lhe estas pequenas leis. Ela conhecia as minhas e infringia-as por desporto.

Es Carbó, do mar, era uma faixa comprida de areia muito clara, com dunas e mato baixo atrás, nenhum hotel a cortar a linha do areal, nenhuma esplanada, ninguém a tentar vender sombra a quem já tinha sol de sobra. Um ilhéu baixo interrompia o horizonte perto e mais ao largo, quase dissolvida na claridade, adivinhava-se Cabrera. Tínhamos saído de Es Port pela manhã e fundeado sobre uma clareira de areia, longe da parte da praia onde se distribuía quem tinha chegado a pé pelas dunas.

Retirei o pé quando uma vaga um pouco mais alta me molhou acima do tornozelo, esperei que passasse e deixei a perna cair de novo. A página que lia tinha uma dobra no canto, embora eu usasse como marcador um

recibo dobrado em quatro, contradição sem consequência, das muitas que um homem de férias pode tolerar sem abrir um processo. Bebi um gole, pousei o copo na madeira, ficou um círculo húmido.

O telefone começou a tocar dentro do saco de praia.

Deixei-o tocar e o leitor concederá que esse é um pequeno prazer, custa nada e sabe bem. A Cláudia deu mais duas braçadas, virou-se de costas por uns segundos, continuou. O som insistia abafado pela roupa e pelo protetor solar, desagradável não por ser alto, que não era, mas porque vinha de outra vida, daquela que eu tinha deixado do lado de lá da costa. Quando parou, voltei à frase interrompida e não cheguei ao fim dela, porque o aparelho recomeçou.

A Cláudia levantou a cabeça, localizou o ruído e veio para o *llaiit* com braçadas curtas. Agarrou-se à escada, subiu pela popa, ficou um instante a recuperar o fôlego com a água a escorrer-lhe do cabelo pelos ombros, abriu o saco, empurrou a minha camisa para o lado e encontrou o telefone antes de mim.

— Está a tocar há imenso tempo.

— A culpa não é minha.

— Pois não. Deve ser do telefone.

Olhou para o nome no ecrã, não comentou, entregou-mo. As gotas correram-lhe pelo antebraço até à minha mão, uma delas caiu na página aberta e escureceu o papel. Sentei-me, passei o polegar pela margem da folha, atendi.

— Diz.

— Estás sozinho?

Olhei para a Cláudia, que tinha pegado no copo dela e bebia de pé, sem qualquer preocupação com a água que ia deixando no convés.

— Não.

— Podes falar um minuto?

— Posso.

Quem me telefonava era um amigo português, judeu, de Lisboa, conhecido meu desde tempo suficiente para não precisar de inventar um pretexto quando lhe apetecia falar comigo. Não trabalhava em segurança, não vivia de informações reservadas, nunca se tinha apresentado como ponte para instituição nenhuma. Conhecia pessoas, como todos conhecemos, embora certas relações sociais adquiram uma importância retrospectiva quando alguma coisa acontece depois e é por esse caminho torto que uma lista de contactos se torna uma teia e um jantar se torna uma reunião preparatória, operação em que o narrador que está a escrever isto tem tanta responsabilidade como qualquer outra pessoa.

— Pediram-me para te avisar de uma coisa — disse ele. — Alguém da Embaixada de Israel quer falar contigo.

Puxei o livro para longe da zona molhada e deixei-o no banco.

— Quem?

— Não sei.

— Quem te pediu?

Houve uma pausa curta e não era pausa de mistério, era de prudência, coisa muito mais comum.

— Uma pessoa que conheço. Só me pediu que te transmitisse isto.

— E sobre quê?

— Disseram-me que tem a ver com umas perguntas que fizeste. Foi a única explicação.

Perguntas tinha eu feito muitas ao longo da vida e duas ou três naquela semana, mas apenas uma matéria recente podia justificar que uma representação diplomática israelita em Lisboa fosse buscar o meu número através de um amigo comum. Dias antes, por uma via espanhola sem qualquer relação com aquele homem, tinha-me chegado uma advertência vaga a respeito de Ceuta, alguém parecia acreditar que se preparava ali uma situação fora do habitual ou que certas pessoas sabiam de antemão mais do que lhes competia saber e a formulação era de tal maneira pobre que servia igualmente para um aviso verdadeiro, um boato, uma provocação ou a simples vontade de parecer informado, que é a mais barata das quatro e a mais frequente.

Telefonei então a três contactos. Um disse que não sabia de nada. Outro falou comigo durante seis minutos sem responder à pergunta, exercício que exige mais talento do que se supõe. O terceiro nunca devolveu a chamada. Podia distribuir aquelas reações por quatro explicações e distribuí, porque é o que faço, não tinham informação, tinham-na e não podiam partilhá-la, achavam a premissa absurda ou não queriam ficar associados a ela. A dificuldade, que naquele domingo me pareceu bastante menor do que me parece hoje, estava em não ter um único facto que me permitisse escolher entre as quatro.

— Como chegaram a mim? — perguntei.

— Não sei, Octávio.

— Sabem onde estou?

— Eu sabia que estavas de férias. Não me perguntaram onde.

A Cláudia sentou-se ao meu lado, estendeu as pernas ao sol, pegou no livro, viu a gota na folha e passou-me a ponta da toalha, não por serviço, mas porque tinha sido eu a protestar quando ela subira a pingar e há nestas devoluções uma justiça quotidiana que dispensa comentário. Se ouviu o

nome da Embaixada, não deu sinal de o ter ouvido; o volume estava baixo, o mar batia no casco em pequenas pancadas e a voz do meu amigo era pouco mais do que uma vibração encostada ao ouvido.

— Há mais alguma coisa?

— Só isto. Podem ligar sem aparecer número. Se acontecer, atende. Foi o que me pediram para te dizer.

— A Embaixada?

— Foi o que me disseram.

A pobreza da resposta era, no caso dele, a melhor credencial que podia apresentar, porque quem sabe pouco costuma compensar com interpretações, sobretudo quando quer continuar a ser necessário e ele não compen-sou nada. Perguntou-me se estava tudo bem, respondi que sim, trocámos duas frases sobre Lisboa e desligámos. Nunca mais intermediou nada, nem naquele assunto e nem noutro.

Sequei a página com a toalha, devagar, para não rasgar o papel amolecido. Escrevo isto sabendo o que veio depois e reconheço que essa é uma vantagem que corrompe, porque me permitiria dar ao homem sentado naquele convés uma perspicácia que ele não tinha, quando o inventário verdadeiro do que ele sabia era curto e cabe em três linhas: alguém da Embaixada queria falar-lhe, a razão talvez estivesse nas perguntas recentes, a chamada podia chegar sem identificação. Todo o resto foi acrescentado mais tarde, pelos factos, por pessoas com interesse nos factos e também por mim, que não sou o menos interessado dos três.

A Cláudia pousou o copo entre nós.

— Quem era?

— Um amigo de Lisboa.

— Trabalho?

— Não exatamente. Disse que a Embaixada de Israel me quer ligar.

Tirou a água dos olhos com as duas mãos e ficou à espera da parte seguinte. Como eu não a forneci, perguntou só:

— Temos de voltar?

— Não.

— Há problemas?

— Ainda não.

— Ótimo. Então tens tempo para entrar na água.

— Estou a ler.

— Estavas a atender chamadas.

— Uma chamada.

— Duas tentativas. Eu contei.

Estendeu a mão para o livro, eu afastei-o, ela avançou pelo banco, levantei o braço e durante alguns segundos comportámo-nos com a compostura que é possível a duas pessoas quase despidas a disputar um volume dentro de um barco pequeno, ou seja, nenhuma. A Cláudia desistiu primeiro, o que devia ter-me posto de sobreaviso, pegou no copo e inclinou-o na direção das páginas.

— Não te atrevas.

— Isto é vinho. Não faz mal aos livros de férias.

— Faz mal a este.

— Então põe-no a salvo e vem.

Marquei a página com o recibo, fechei a capa, guardei o volume no saco e quando me virei já ela estava na popa com um pé no primeiro degrau da escada, o queixo erguido na direção do mar.

— Até à proa e volta.

— Isso não é uma distância.

— Para ti chega.

Mergulhou antes de eu responder e eu fui atrás, não por ter aceitado a competição, diria se ainda valesse a pena mentir em assuntos tão pequenos, mas porque ficar a bordo teria dado razão à acusação e há homens que atravessam a vida a nadar apenas para não confirmar frases ditas por mulheres bem-humoradas. A água recebeu-me sem choque. Nadei alguns metros por baixo, saí junto ao costado e vi-a já a contornar a proa arredondada, ajudando-se com uma mão na borda, o que num tribunal desportivo teria dado desclassificação.

Alancei-a no regresso. Tentou prender-me pelo tornozelo, falhou, agarrou-me depois pelo braço e acabou encostada ao meu peito, a rir e a engolir um pouco de água. Beijámo-nos ali, com as pernas a procurarem equilíbrio onde não havia chão, um beijo breve, salgado, interrompido por ela para respirar. Depois empurrou-me para longe.

— Perdi por tua causa.

— Foste tu que inventaste a prova.

— E tu batestes-me.

— Também por tua causa.

Ficámos mais um tempo junto da escada, sem competir. A mão dela passou-me pela nuca, a minha desceu-lhe pelas costas e parou na cintura. Não havia promessa naquele gesto e nem falta dela, havia o corpo presente, o calor guardado pelo dia e a facilidade de duas pessoas que já sabiam onde podiam tocar sem tornar a pedir tudo o que tinha sido consentido antes, ainda que qualquer das duas pudesse mudar de ideias e a outra estivesse em condições de reconhecer a mudança sem discurso.

Subimos. A Cláudia apoderou-se da toalha com que eu tinha salvado a página e embrulhou-se nela, deixando-me a segunda, seca, que segundo uma justiça exclusivamente sua lhe pertencia menos. Servi mais vinho aos dois. A garrafa continuava fria, o vidro embaciou na minha mão e uma gota desceu o rótulo até ao fundo.

— Onde jantamos? — perguntou.

— Vemos quando chegarmos.

— Ontem disseste isso e acabámos no primeiro sítio com mesa.

— Comemos bem.

— Tinhas fome. Não é o mesmo critério.

Sentou-se à sombra e separou o cabelo em mechas com os dedos, para secar. Falámos dos dias seguintes, de voltar a uma enseada onde já tínhamos estado, de atravessar a ilha sem decidir de véspera onde íamos dormir, de ficar mais uma noite na Colônia de Sant Jordi porque mudar de alojamento nos roubava sempre uma manhã. Os planos acabavam no regresso dela e nas minhas obrigações de agosto e nenhum de nós entendeu necessário discutir o que existia depois disso, ausência de conversa que outros interpretariam como falta e que ali era simplesmente medida.

— Vais mesmo a Nápoles dia seis? — perguntou.

— Tenho de ir.

— Pensei que podias resolver à distância.

— Também pensei. Não dá.

— Por causa dos dados dos barcos?

— Dados marítimos.

— Foi o que eu disse.

— Disseste barcos.

— Octávio, flutuam?

— Alguns dos objetos a que os dados dizem respeito, sim.

— Então pronto.

Eu tinha colaborado em dois componentes da Ariadne e não tinha concebido o sistema completo, distinção que no meu meio convém repetir porque as pessoas atribuem a quem fala de uma obra a autoria de tudo aquilo que não compreendem. Um desses componentes organizava informação marítima. Faltava fechar um acerto com um parceiro na região de Nápoles, parte em dinheiro, parte em direitos de utilização e a sociedade que a minha irmã tinha com a Cláudia precisava que eu estivesse presente na mesa.

— Por causa da Ariadne? — perguntou a Cláudia.

— Sim. Esse monstro.

— Monstro?

- Sabes o que quero dizer.
- Aquilo só arruma papéis para advogados.
- Claro.
- Portanto é útil.

Não corriji mais nada. Ela sabia o suficiente para saber que eu tinha ajudado em duas partes e que por isso sabia até onde aquilo podia chegar, honestidade que eu apreciava, talvez porque a maior parte da minha vida profissional se passava em salas onde todos fingiam compreender antes de averiguar se compreender dava dinheiro. Nápoles já estava no calendário. Nenhuma chamada de Lisboa a tinha posto lá.

Deitou-se no banco, com a cabeça apoiada no saco, fechou os olhos e ao fim de pouco tempo a respiração abrandou. Voltei ao livro, encontrei a mancha da gota e passei por ela sem dificuldade. A praia foi enchendo ao longo da tarde, embora vista do mar continuasse a parecer quase deserta, pequenos grupos a surgirem no areal depois do caminho pelas dunas, a procurarem lugar, a abrirem guarda-sóis e a entrarem na água. Ninguém tinha vindo até ali por nossa causa e escrevo esta frase precisamente porque, meses mais tarde, teria sido cómodo escrever a contrária.

Um barco maior passou ao largo e levantou uma ondulação que nos chegou já mansa. Segurei o copo antes que caísse. A proa subiu, desceu e o meu pé, outra vez fora da borda, perdeu por instantes o contacto com a superfície. O toldo estalou. A Cláudia abriu um olho.

- Ainda estamos vivos?
- Por pouco.
- Acorda-me se piorar.

Adormeceu de novo. Li mais algumas páginas, fechei o livro sem marcar o lugar e fiquei a seguir a sombra do mastro a atravessar o convés. Não pensei na Embaixada durante um intervalo que não consigo medir e não vou engrandecer para melhorar a minha figura. O telefone não tocou. O vinho começou finalmente a perder o frio, a areia foi ficando com uma cor menos branca e Cabrera acabou por deixar de se distinguir do céu.

Mais tarde ela acordou com fome, comeu a fruta que restava e acusou-me de ter escolhido os pêssegos mais duros do mercado. Mergulhámos outra vez, agora sem prova e sem vencedor. Subiu primeiro e deitou-se ao sol para secar, eu fiquei agarrado à escada com metade do corpo submerso, a ouvir o som que a ondulação fazia dentro do casco, cavo e regular, um som que não pedia tradução nenhuma.

Quando a luz baixou, arrumámos os copos, fechámos a geleira, metemos as roupas no saco. A Cláudia prendeu o cabelo e levou uma defesa para a popa. Levantei o fundeio, a âncora veio limpa do fundo arenoso e

deixou cair apenas água e grãos claros. Guardei o cabo, confirmei que nada ficara solto e liguei o motor.

O *llaüt* avançou devagar e Es Carbó foi perdendo pormenor, a faixa de areia primeiro, depois o verde baixo reduzido a uma linha e o ilhéu que durante horas parecera ao alcance de um braço ficou atrás de nós. A Cláudia sentou-se ao meu lado, com uma camisa por cima do fato de banho e apoiou os pés onde eu tinha estado deitado. Não falámos da chamada. Discutimos, isso sim, se o primeiro a tomar banho na *villa* devia ser quem tinha conduzido ou quem tinha nadado mais.

— Conduzir não dá sal no cabelo — disse ela.

— Nadar foi escolha tua.

— Também foi tua, depois de eu te obrigar.

— Isso só melhora o meu argumento.

— Não tens argumento.

À aproximação da Colônia de Sant Jordi voltaram os motores, as vozes, as embarcações próximas, o movimento do porto, a praia urbana encostada às casas. Reduzi a velocidade. A Cláudia preparou a defesa, esperou que eu lhe indicasse o lado e ficou pronta junto à borda, sem transformar a ajuda em demonstração, que é uma qualidade rara em terra e ainda mais rara na água. Entrámos em Es Port com a naturalidade de quem sabia desde o princípio que o dia acabaria em terra, entre gente, pratos e luz elétrica.

Depois de atracarmos, saltou para o cais e esperou que eu lhe passasse o saco. Verifiquei o telefone. Nenhuma chamada sem identificação, nenhuma mensagem da Embaixada, nenhum novo contacto do meu amigo. Guardei o aparelho no bolso.

— Onde vamos jantar? — perguntou ela, já a caminhar na direção dos restaurantes.

Larguei a última corda que tinha nas mãos, deixei-a a bordo e fui atrás dela.

2

O Número Anónimo

Espanha, Maiorca, Port de Sóller

O telemóvel vibrou contra a mesa e fez a colher andar dois centímetros sobre o pires. A Cláudia interrompeu a discussão acerca do elétrico, que para ela só valia a viagem se nos levasse para fora do calor e para mim valia precisamente por não nos levar depressa a lado nenhum e olhou para o visor quando eu o ergui. Não surgia nome, indicativo ou sequência de algarismos. Por trás dela, os carris acompanhavam a frente marítima e a curva da baía encerrava uma água protegida, cheia de mastros, ruídos de louça e vozes de quem ainda almoçava sob os toldos.

— Chamada anónima.

— É essa?

Eu lembrava-me do aviso recebido em Es Carbó e a Cláudia lembrava-se de eu lho ter contado, nada mais, o que pode parecer pouco a quem considera intimidade o direito de saber tudo, mas era bastante para nós, que nunca tínhamos medido afeto pela quantidade de explicações exigidas.

— Deve ser.

— Atende.

Atendi. A mulher confirmou o meu nome, apresentou-se como funcionária israelita da Embaixada de Israel em Lisboa e perguntou se podia falar. O português era correto e não procurei na pronúncia um indício biográfico, prática muito apreciada por quem deseja transformar duas vogais numa ficha pessoal.

— Posso. Estou em Maiorca.

— Obrigada por dizer. Pretendemos conversar consigo presencialmente quando regressar a Portugal.

— Sobre quê?

— Perguntas que colocou recentemente.

— A quem?

— Sobre Ceuta.

A Cláudia fez um sinal ao empregado e pediu a conta apenas com os lábios, sem tirar de mim a atenção. O elétrico passou nesse momento,

rangendo na curva, com as janelas cheias e o verniz a devolver o sol, pelo que tapei o outro ouvido durante uns segundos.

— Existe um problema?

— Preferimos falar pessoalmente.

— É assunto consular?

— Não.

— Estou a falar com uma diplomata?

— Neste momento fala comigo.

A réplica irritou-me, talvez por ser impecavelmente verdadeira e portanto inútil, qualidade que eu viria a encontrar com frequência naquele circuito, onde uma frase podia cumprir tudo o que prometia e deixar o destinatário sem aquilo de que necessitava.

— E com quem falarei em Lisboa?

— Ser-lhe-á apresentado no local. Pode estar na Rua António Enes, dezasseis, na segunda-feira, às onze?

Repeti o dia, mais para ganhar margem do que por ter ouvido mal.

— Há dificuldade?

— No dia seis tenho de estar em Nápoles.

— Então segunda-feira parece mais conveniente do que sexta-feira.

Não havia ironia na voz ou eu não a detetei. Aceitei a hora. A mulher explicou que receberia uma confirmação normal, com instruções de acesso e encerrou a comunicação sem pedir descrição da viagem, paradeiro na ilha ou compromisso de confidencialidade. A banalidade da conversa não me tranquilizou, mas também não me autorizava a fabricar o que faltava.

A Cláudia esperou que eu colocasse o telemóvel na mesa.

— Sempre era?

— Sim. Embaixada de Israel.

— O que querem?

— Falar.

Ela manteve os olhos em mim durante um instante, depois pagou a conta que o empregado trouxera.

— Isso eu percebi.

— Por causa de Ceuta.

— Espanha?

— Sim.

— É grave?

— Nem sei se é alguma coisa.

A Cláudia dobrou o talão, deixou-o dentro da carteira e apontou para o elétrico, que já seguia pela curva oposta da enseada.

— Perdemos este.

- Há outro.
- E se ficarmos junto ao mar?
- Prefiro. O elétrico é muito turístico.
- Perfeito então.

Ficámos. Descemos até à faixa de Es Través, caminhámos sem propósito pela zona urbana e alugámos duas espreguiçadeiras durante as horas em que as encostas da Tramuntana iam retirando claridade a um lado da baía. As embarcações mexiam-se pouco dentro do abrigo, embora tudo em redor estivesse organizado para o movimento, famílias a chegarem, empregados a recolherem pratos, bicicletas a atravessarem os carris, passageiros à espera do elétrico seguinte. Es Carbó permitira-nos fingir que o mundo tinha ficado do outro lado da costa; Port de Sóller devolvia-o já prontinho, servido e faturado.

A Cláudia leu durante meia hora e adormeceu com os óculos de sol na mão. Eu vi chegar a confirmação de Lisboa, li as regras de entrada e arquivei-a. Não abri as conversas de Ceuta. Tinha feito três tentativas e obtido três formas distintas de inutilidade e insistir naquele momento teria servido sobretudo para me convencer de que estava a agir, essa ilusão com que tantos investigadores amadores substituem resultados.

Quando a Cláudia acordou, quis saber se íamos passar por Sóller no dia seguinte ou seguir para Palma. Eu disse que podíamos decidir ao acordar. Ela lembrou-me que tinha voo direto para Paris e precisava de recolher uma mala que deixara noutro hotel; eu regressaria a Lisboa, prepararia Nápoles e encontraria maneira de encher os intervalos entre compromissos com tarefas que, vistas de fora, pareciam já estar feitas.

- Vais ao Porto? — perguntou.
- Duvido.
- Mas o teu voo de regresso não é Porto?
- Quero resolver a cena de Lisboa.
- Lisboa? Que cena?
- A Embaixada.
- Ah! Já nem me lembrava.

Fomos buscar gelados, vimos o elétrico regressar cheio e acabámos por subir já perto do fim do serviço, sentados em lugares separados durante metade do trajeto. A Cláudia conversou com uma criança francesa que lhe perguntou se a carruagem era um comboio de brincar. Quando se libertou um assento ao meu lado, veio ocupá-lo e encostou o joelho ao meu.

- Ela acha que isto é um comboio de brincar.
- Quase parece, vamos aqui a passo de caracol.
- Mas é engraçado.

— É.

A Cláudia olhou pela janela durante algum tempo. Passávamos entre casas, muros baixos e árvores, suficientemente devagar para que tudo parecesse mais próximo do que era.

— Maiorca foi bom — disse ela.

— Foi.

— Devíamos ter ficado mais dois dias.

— Tens Paris.

— Pois é. Só em pensar... trabalho.

— Também é preciso.

Comeu o resto do gelado e ficou com a colher de madeira entre os dedos.

— Vais mesmo à Embaixada?

— Óbvio. Vou a Lisboa de propósito. Não gosto particularmente de Lisboa.

— Conheces alguém lá?

— Na Embaixada? Que eu saiba, não.

— E em Israel?

Pensei um instante.

— Sei lá. Conheço alguns judeus que têm ligações a Israel. Pessoas que trabalham com gente de lá. Gente com ligações...

Ela virou a cabeça para mim.

— Ligações?

— Sim. Conhecem pessoas.

— Que pessoas?

— Não sei, Cláudia. Pessoas. Governo, empresas, esse género de coisas.

— Pois. Já estou a ver. Dessas tuas coisas. É melhor nem saber.

O elétrico entrou numa curva e ela encostou novamente o joelho ao meu.

Nos dias que se sucederam, Ceuta começou a irromper nos telejornais com uma assiduidade apta a tornar duvidoso até o som do topónimo, sem que daí nascesse nitidez sobre o que estava a dar-se, pois um nome reiterado pela voz geral acaba por adquirir uma mácula que muitos pressentem e poucos sabem de onde vem. Já nos sete dias prévios o panorama virara áspero; mais de um milhar atingira o enclave pelo mar, a nado e responsáveis municipais tinham dito alarme. Era tudo sabido, exposto a quem desejasse nota e bastaria isso para muitos anteverem piora sem voz velada, profecia ou mão por trás da trama, pois certas previsões só parecem prodígio quando a vigília começa depois.

Eu lia dois ou três artigos, apagava o ecrã e ia ter com a Cláudia. Comíamos, nadávamos e discutíamos rumos. A vida tem este tipo de insolência; pede fome, água, andar, sono e mesmo quando uma noção passa enfim a dizer Ceuta.

Despedimo-nos junto dos voos, no aeroporto maiorquino, entre a balança das bagagens e um mostrador que nos mandava para um e outro portão. A Cláudia fez sair do saco um agasalho leve, sem uso durante a estadia, pô-lo sobre si e conferiu o embarque. Eu ia para Lisboa. Ela para Paris. Nem eu nem ela falámos em desvio.

Num televisor, Ceuta reapareceu; nadadores avançavam para o solo, polícias corriam ao lado da grade, locutores usavam dizeres cujo peso subia mais rápido do que o saber acessível. Ouvi, em duas ocasiões, um vocábulo bélico, apto a tornar uma ida em ofensiva sem saber quem manda, quem cumpre, quem foge ou quem só tenta chegar.

Já o escutara dias havia, no fio que me dera a pergunta sobre Marrocos, CIA e Mossad e foi esse eco que me reteve, não por revelar articulação, seria bom demais, talvez pueril, pois uma fórmula útil anda à solta e acha imitadores sem chefe, mas porque parecia forjada para o caso que depois lhe daria ar de indício, como se o molde surgisse prévio e o real, obediente, chegasse depois para se moldar a ele.

A Cláudia acompanhou o meu olhar.

— Tens de ir?

— Tenho.

— Eu também.

Beijámo-nos, abraçámo-nos por alguns segundos e ela recuou para ajustar a pega da mala.

— Diverte-te em Nápoles.

— Vou trabalhar.

— Foi isso que eu disse.

— Boa viagem.

— Tu também.

Seguiu para o controlo de passageiros e não olhou para trás, não por frieza, nem para me deixar uma imagem literária, mas porque procurava o cartão que acabara de guardar. Eu vi-a desaparecer na fila, caminhei para a minha porta e comprei um jornal que não cheguei a abrir. A felicidade daqueles dias não ficou reduzida por acabar ali. Tivera a duração que ambos lhe tínhamos dado.

A escala alterou-se durante a viagem. Os ecrãs do aeroporto ainda falavam em milhares; quando aterrei, a estimativa ministerial já se aproximava de quarenta e nove mil entradas num dia, por mar e por terra e os

balanços referiam dezenas de mortos. Espanha tentava travar o fluxo e fazer regressar muitos dos que tinham atravessado. Os valores mudavam de emissão para emissão, as imagens repetiam-se e a dimensão europeia chegava pela linguagem política, esse mecanismo pelo qual uma tragédia humana se converte também numa disputa sobre fronteiras, soberania, responsabilidade e palavras.

Eu segurava uma mala com roupa usada na ilha e via, num monitor suspenso, indivíduos dentro de água, uns a avançarem, outros a serem puxados, enquanto uma legenda classificava o episódio. Pensei na ordem dos termos que me tinham chegado: Ceuta, pressão, Marrocos, americanos, israelitas. O relato privado não incluía data, quantidade, trajeto ou balanço de vítimas. Continha uma geografia e atores suficientemente vastos para sobreviverem a diversos desfechos, o que devia torná-lo fraco, embora o desfecho real lhe tivesse emprestado uma aparência de precisão.

Escrever depois concede uma vantagem desonesta e eu poderia usá-la para fazer do Octávio daquela semana um observador mais perspicaz do que foi, oferecer-lhe números que ainda não tinham sido publicados, imagens que ainda não existiam e a inteligência de quem sente aproximar-se a História, mas o leitor conhece o episódio e eu não o conhecia quando perguntei. Tinha uma palavra, Ceuta e demasiados serviços secretos acrescentados por terceiros. Convém conservar a ignorância no ponto da narrativa a que pertence, pois, mudar a ordem do conhecimento é uma forma muito eficiente de falsificar sem alterar um só dado.

Em Lisboa, deixei a mala por abrir, retirei o passaporte e a documentação de Nápoles, confirmei a hora na Rua António Enes e procurei versões atualizadas sobre a crise. As fontes públicas permitiam estabelecer o que fora visto, anunciado ou estimado; não ligavam a CIA, a Mossad ou organismos marroquinos a uma operação clandestina conjunta. A distância entre esses dois planos crescia a cada vídeo, não diminuía, porque quanto mais real se tornava o sofrimento, mais fácil era colar-lhe a narrativa que já aguardava circulação.

Na manhã marcada, cheguei à Rua António Enes com dez minutos de antecedência. Mostrei o documento, segui as indicações recebidas e esperei numa sala funcional onde havia cadeiras, água e publicações institucionais. Não encontrei corredores secretos, mapas iluminados ou portas destinadas a satisfazer o imaginário de quem visita uma representação diplomática à procura de espionagem; encontrei procedimentos de acesso e funcionários a cumprir tarefas, o que não demonstrava inocência nem conspiração, apenas uma instituição real a funcionar enquanto eu ignorava a natureza de quem pedira para me ver.

Um funcionário entrou e apresentou o visitante que o acompanhava.

— Ariel Nevo, de Jerusalém.

O Ariel apertou-me a mão e agradeceu em português. Trazia um fato escuro sem gravata e um casaco leve dobrado sobre o antebraço, mas não trazia pasta. Sentou-se depois de mim, experimentou mais duas frases na minha língua e passou para inglês com uma desculpa breve. Falámos em inglês; escrevo a conversa em português, poupando ao leitor a representação desnecessária de uma língua que ambos compreendíamos.

— Ministério dos Negócios Estrangeiros? — perguntei.

— Governo.

— Isso abrange bastante.

— Sim.

Não acrescentou cargo. Sobre a mesa havia um jarro, dois copos e um bloco sem timbre. O Ariel não abriu o bloco.

— Quem lhe falou de Ceuta quando a emergência pública ainda tinha outra escala?

A pergunta veio sem introdução e o desconforto não nasceu de ele saber que eu perguntara, circunstância já anunciada, mas de localizar o momento relevante na fase em que a maioria ainda via um problema severo e limitado, não os acontecimentos que ocupariam a Europa.

— Não me falaram de Ceuta. Fizeram-me uma pergunta.

— Qual?

— Se eu conseguia perceber se havia israelitas envolvidos.

— Israelitas?

— Disseram Mossad.

O Ariel não alterou a postura.

— E o que fez?

— Disse que não tinha acesso à Mossad.

— Depois procurou três interlocutores.

Três, disse ele e foi esse número, tão pequeno e tão exato, que me fez parar. Convém não esquecer que eu não revelara à funcionária quantos tinham sido, nem o meu conhecido de Lisboa, que tantas coisas sabe ou finge saber, dispunha desse dado.

— Foram eles que lhe disseram?

— Isso é importante?

— Para mim, sim.

— Compreendo.

— Compreende? Mas não me diz o que realmente quer, não responde a nada, só me faz perguntas. Se isto é um inquérito é melhor no ministério público e com advogado presente.

— Trouxe-o para perceber o que recebeu.

— E eu preciso de perceber quem quer saber.

O Ariel serviu água aos dois. Não usou a pausa para parecer ameaçador; bebeu, pousou o copo e retomou a conversa no ponto que lhe convinha, o que era mais eficaz do que qualquer teatralidade.

— O facto de estarmos a perguntar não confirma o que ouviu.

— Também não desmente.

— Não o convidei para um jogo de lógica.

— Foi precisamente o que fez.

Ele expirou pelo nariz, sem sorrir.

— Quem queria que acreditasse nisso?

Eu preparara-me para uma discussão sobre a veracidade do boato ou pelo menos para a recusa israelita em discuti-la e a alteração deixou-me alguns segundos sem resposta. Quem me fizera chegar a pergunta podia procurar uma verificação, usar-me para alcançar canais que não possuía ou desejar apenas que eu comesse a repetir a associação. As três hipóteses cabiam no mesmo gesto inicial.

— Não sei.

O Ariel abriu o casaco, retirou três impressões dobradas e alinhou-as. Eram capturas de textos breves, sem cabeçalhos que me permitissem atribuir remetente, recetor ou plataforma. Não apontou para nomes. Passou o indicador pela ordem dos termos.

— Ceuta. Marrocos. Estados Unidos. Israel.

Numa captura aparecia CIA, noutra americanos; duas escreviam Mossad, a terceira usava apoio israelita. A janela cronológica era vaga, mas curta. A formulação que eu recebera não coincidia palavra por palavra com nenhuma delas, embora partilhasse a combinação e o encadeamento.

— Parecia-se? — perguntou.

— Sim.

— Quanto?

— O bastante para eu querer ver a origem destas.

— Não pode.

— Então não consigo avaliar a proveniência.

— Consegue dizer se reconhece o padrão.

— Reconheço.

O Ariel recolheu as impressões, conservando a mesma ordem. Três textos semelhantes podiam nascer de uma fonte comum, cópia sucessiva ou convergência entre boatos alimentados pelas mesmas notícias. Podiam também ter sido lançados para instalar atribuição. A mesa não oferecia meios de escolher.

— Como chegou ao circuito espanhol?

— Por uma via privada.

— Izar?

Ouvir o nome ali produziu um efeito que procurei não lhe oferecer no rosto. A Izar nascera em Ceuta, tivera ligação ao PSOE e pertencera a uma fase da minha vida que eu não tencionava reativar para satisfazer a curiosidade de um funcionário cujo cargo cabia na palavra Governo.

— Não falo com ela há muito.

— Não foi isso que perguntei.

— A Izar não me transmitiu o boato. Eu não a procurei e não pretendo procurá-la.

— Porquê?

— Porque não falo com ela há muito tempo. Para além disso não é porque nasceu em Ceuta que é uma fonte sobre tudo o que ocorre lá. Aliás, a Izar vive em Bruxelas há muitos anos com as filhas — fiz uma pausa. — Mas isso vocês já devem saber.

O Ariel assentiu uma vez. Não soube se aceitava a tacada, o limite ou apenas o registava.

— Está a tentar criar em Espanha uma associação inspirada na Citizens' Voice portuguesa.

— Não há segredo nisso.

— Eu não disse que havia.

— Com quem falo em Madrid por causa de consumidores não fala necessariamente comigo sobre Israel.

— Raramente se fala por uma só razão.

— Essa frase permite suspeitar de todos e não concluir nada.

— Por vezes, não concluir nada é o objetivo.

O Ariel disse-o de forma diplomática mas sem papas na língua e talvez por isso a observação me tenha incomodado mais. Eu já trabalhara em contextos onde a origem, a ordem e a seleção de elementos verdadeiros mudavam a leitura de uma campanha; sabia que influência não exigia domínio sobre todos os participantes e que um intermediário podia servir um resultado sem conhecer o desenho. Saber essas distinções em abstrato não me impedia de as esquecer quando o meu próprio nome surgia no circuito.

— Não vou aproximar-me da Izar sob outro pretexto — disse. — Não usarei a Citizens' Voice como cobertura e não escrevo textos sujeitos à aprovação de governos.

— Continua a escrever?

— Escrevo. Não é a minha atividade principal.

— Talvez seja isso que tenha interesse. Não é jornalista acreditado, funcionário, diplomata ou especialista de política externa. Se continuar a acompanhar este assunto, se visitar Israel, se falar com quem possa mostrar-lhe documentos, talvez um dia escreva sobre o que viu.

— Se escrever, o texto é meu. Podem corrigir datas, nomes, dados verificáveis, proteger fontes ou explicar riscos concretos. Não retirem uma crítica por ser inconveniente para Israel, nem aprovam a conclusão.

— Ainda nem lhe pedi para escrever.

— Fica dito sem esperar pelo pedido.

Desta vez o Ariel sorriu, mas sem prazer visível.

— Negocia sempre aquilo que ainda não lhe ofereceram?

— Evita mal-entendidos.

— Também pode criá-los.

— Nesse caso teremos matéria para a conversa seguinte.

Eu antecipara a independência editorial com a prontidão de quem receia perder o que nem sequer possui, contradição que não me favorece e por isso merece ficar. O Ariel podia estar apenas a testar a minha disponibilidade para continuar a observar Ceuta; eu já defendia a soberania de uma obra inexistente.

— Se procuram um defensor automático de Israel, escolheram mal — disse. — Reconheço o massacre cometido pelo Hamas, os reféns, o direito israelita de se defender, a natureza terrorista da organização e a existência de túneis quando demonstrada. Continuo a ter críticas sérias sobre Gaza, em especial sobre as mortes de civis e quanto mais ouço elogiar a capacidade tecnológica de Israel, mais difícil se torna aceitar “não sabíamos” como explicação universal.

O Ariel não corrigiu o enquadramento, não recitou baixas israelitas nem tentou ganhar a discussão por acumulação de sofrimento.

— Então venha ver aquilo que acha que sabe.

— Isso é um convite?

— É uma sugestão.

— Governo?

— Minha, neste momento.

— Continua a abranger pouco.

— Já melhorámos.

A secura da troca não nos tornou aliados. Apenas estabeleceu que ele não precisava de mim obediente e eu não queria parecer disponível, duas posições compatíveis durante uma hora e talvez incompatíveis durante todo o resto.

— Houve intervenção israelita em Ceuta? — perguntei.

— Não confirmarei nem desmentirei operações de *intelligence*.

— Isso não ajuda.

— Posso dizer outra coisa. Israel quer saber quem começou a associar o nome da Mossad a Ceuta quando a dimensão pública ainda era limitada. A pergunta não significa que Israel não tenha interesses na região, nem que não dialogue com Marrocos e com os Estados Unidos. Significa que uma atribuição surgiu cedo e circulou em mais de um meio.

— Quantos?

— Mais de um.

— Isso já sei.

— Ótimo.

— E se a atribuição for correta?

— Ter chegado cedo não a torna correta. Tal como ser falsa não explicaria, por si só, quem a lançou.

O Ariel ficou alguns segundos a olhar para mim.

— *והיה זהו זה*.

— O quê?

— *Kabdehu ve-hashdehu*. É hebraico. “Respeita-o e suspeita dele.”

— Parece uma maneira cansativa de viver.

— É uma maneira útil de ouvir.

— Ou de nunca acreditar em ninguém.

— Acreditar não é necessário. Escutar é.

O Ariel guardou os *prints* no casaco. O que acabava de dizer limitava a conclusão sem absolver Israel e eu tive de reconhecer que essa contenção era intelectualmente mais séria do que a alternativa que levava comigo, segundo a qual o convite para a Rua António Enes confirmaria participação ou encobrimento. A presença institucional demonstrava interesse. Não revelava o motivo por completo.

— Preserve os textos originais — disse. — Não procure mais interlocutores israelitas por enquanto. Se a via espanhola reaparecer, escute o que lhe disserem sem tentar provar logo uma teoria. E preferimos que não mencione este encontro.

— Não assinei nada.

— Pedi. Não ordenei.

— Não farei divulgação sem necessidade. Não prometo ocultá-lo se isso se tornar relevante para me proteger ou explicar uma escolha.

— Serve.

— Serve? A quem?

O Ariel ignorou a pergunta.

Olhei para o relógio. A conversa demorava mais do que eu previra.

— Quando está disponível na semana seguinte?

— Não estou. Vou para Nápoles.

— Descanso?

— Trabalho.

— Até quando?

— Dia doze, no máximo.

Não lhe expliquei os dados marítimos, nem os contratos, nem os direitos de uso e nem a sociedade da minha irmã e da Cláudia e o Ariel, por sua vez, não perguntou, o que poderia significar desinteresse mas também poderia significar exatamente o contrário, porque há perguntas que só fazem aqueles que ainda não sabem as respostas e eu estava quase certo de que, algures, numa pasta verdadeira ou numa dessas pastas que já não precisam de papel para pesar sobre uma pessoa, existiria informação bastante sobre mim, sobre a minha família, sobre as pessoas que comigo trabalhavam e talvez até sobre algumas que apenas tinham tido o azar de aparecer demasiadas vezes perto do meu nome. Se Nápoles lhe dizia mais do que o nome de uma cidade italiana, guardou esse conhecimento para si, como quem reconhece uma rua onde já esteve e prefere deixar o outro acreditar que é a primeira vez que a vê.

— Falamos depois — disse.

Levantámo-nos. Procurei sobre a mesa um cartão que ele não tencionava dar.

— Como o encontro?

— Quando precisarmos de falar, ligamos.

— Outra chamada anónima?

— Talvez.

O funcionário da Embaixada conduziu-me até à saída. Na rua, a luz de Lisboa obrigou-me a semicerrar os olhos e durante alguns passos limitei-me a caminhar, passando por fachadas, carros estacionados e árvores que não tinham responsabilidade na opacidade do Governo israelita. Só depois consultei o ecrã. Havia uma mensagem relativa a Nápoles: a hora do acerto contratual fora alterada e pediam confirmação.

Respondi que estaria lá. Abri em seguida as três conversas através das quais tentara esclarecer Ceuta. Em cada uma havia uma versão diferente da minha pergunta e um grau diferente de evasão. Não escrevi a ninguém.

Naquela segunda-feira eu ainda julgava que Nápoles era o único compromisso da semana já decidido. Fechei as conversas e desloquei o calendário até à quinta-feira.

6 AGOSTO — NÁPOLES.

3

A Ilha Pequena

Itália, Procida

Apoiei os pés numa cadeira robusta, firmei as mãos no chão e alinhei o corpo entre os dois apoios, sem deixar que a anca cedesse quando desci o peito. O quarto de hotel tinha espaço escasso para aquele arranjo, razão por que uma das mãos ficara junto à cama e a outra sobre a junta entre duas placas do pavimento, mas bastava. Subi, retive a respiração durante um instante, tornei a descer. A certa altura, as repetições começaram a separar-se por pausas curtas, o ar entrou com mais peso e aquilo que até aí fora cadência passou a depender de uma escolha renovada. Podia parar. Fiz mais duas.

Baixei os pés, fiquei de cócoras até a respiração recuperar e endireitei a cadeira. Não houve celebração, anotação nem promessa de fazer melhor no dia posterior. Entrei no duche, deixei a água correr até perder o calor acumulado e vesti-me para uma reunião cuja marcação existia havia meses, quando o Ariel Nevo ainda não entrara na minha vida e Ceuta era, para mim, sobretudo uma geografia espanhola ligada à Izar.

A sala ficava num edifício de escritórios na zona de Piazza Municipio e pertencia à Partenope Tracce Marine, uma sociedade ficcional no sentido em que o nome não compromete aqui qualquer empresa napolitana real, embora, dentro dos acontecimentos que relato, tivesse empregados, contas, clientes e a irritação napolitana de quem vendia um recurso e descobria que o comprador ganhara mais com ele do que fora previsto. A Virtuo Turing licenciara históricos comerciais de AIS, registos de escalas portuárias, identificação pública de navios, posições transmitidas, horários, meteorologia e referências abertas sobre propriedade e gestão; as imagens comerciais de satélite eram compradas separadamente. Nada daquilo era classificado.

Sobre a mesa estavam duas versões do contrato e um portátil ligado a um monitor. O desacordo cabia numa pergunta fácil de pronunciar e cara de responder: quando um conjunto licenciado entra numa análise que cruza muitos outros elementos, o resultado continua a ser derivado do conjunto inicial ou passa a constituir um produto novo. A Partenope queria remuneração adicional. A Virtuo Turing aceitava rever usos específicos,

mas recusava entregar percentagens sobre inferências construídas com múltiplas camadas.

Eu estava ali por ter colaborado em dois componentes da Ariadne. Num deles, dedicado ao domínio marítimo, o meu contributo incidira nas perguntas, no desenho lógico, na definição de anomalia, nos critérios que evitavam falsos alarmes e na relação entre entidades dispersas. Não escrevera o sistema, não concebera a arquitetura total e não possuía aquela competência quase divina que as apresentações comerciais gostam de atribuir a quem consegue apontar para um ecrã sem hesitar. Sabia, porém, onde acabava o registo e começava a inferência, fronteira que, depois de Ceuta, eu já sabia ser possível atravessar sem mudar um único facto.

Um dos representantes da Partenope abriu um exemplo. Durante dias, um cargueiro transmitira regularmente. Surgia depois uma lacuna. Mais adiante, o sinal reaparecia e a Ariadne dispunha ocorrências compatíveis, condições meteorológicas, escalas declaradas, referências de gestão e trajetórias públicas, sem escolher uma explicação definitiva.

— O sistema encontra embarcações que desaparecem — disse ele.

— Não encontra barcos. Encontra buracos nos dados.

— É uma maneira de dizer.

— É a diferença pela qual estamos a discutir remuneração.

Ampliei o segmento vazio. A falta de emissão podia resultar de falha técnica, perda de cobertura, erro de agregação, transmissão deficiente ou conduta deliberada, entre outras possibilidades. A Ariadne ordenava hipóteses e preservava a proveniência do que fora usado; não transformava o intervalo numa intenção criminosa. Se o fizesse, deixaria de analisar e passaria a escrever ficção com uma segurança que muitos romancistas, mais honestos ou apenas mais receosos, não ousariam reivindicar.

A negociação prolongou-se pela diferença entre utilização incorporada e revenda disfarçada, duas expressões que qualquer jurista consegue manter vivas até a fome tornar as partes razoáveis. Chegámos a um pagamento suplementar limitado para certos produtos marítimos, excluímos pretensões sobre inferências de múltiplas fontes e acordámos um registo mais rigoroso da proveniência. A solução não agradou por completo a nenhum dos lados, qualidade modesta mas frequente dos compromissos que sobrevivem.

Revimos ainda o instrumento que me atribuía direitos económicos condicionais na Virtuo Turing. A remuneração do meu trabalho misturara pagamento imediato e uma *stock option*, dependente do valor da sociedade e de eventos que eu considerava improváveis. Mantive-a intacta. Ao sair

dali, continuava a supor que a imaginação mais fértil da Virtuo Turing era a avaliação feita pela minha irmã. Surgiriam outras estimativas.

Atravessei o centro histórico com a pasta debaixo do braço, já sem vontade de me sentar num restaurante. Na Via dei Tribunali, as *scooters* abriam passagem entre peões, as fachadas gastas devolviam o calor e o balcão da Pizzeria e Friggitoria Dal Purgatorio oferecia a solução que a reunião não oferecera: uma escolha barata, rápida e sem cláusulas. Pedi a *margherita a portafoglio* e uma Pepsi. A *pizza* custava um euro e cinquenta; a combinação ficava por cerca de dois euros e cinquenta, soma indecorosamente reduzida quando comparada com salas onde eu costumava comer e onde a louça por si só parecia exigir rendimentos declarados.

Recebi a *margherita* dobrada, envolvida em papel. O tomate e o queijo quente obrigavam-me a ajustar a pega a cada dentada, enquanto uma mancha alaranjada se alargava junto aos dedos. Comi de pé, avancei uns passos, bebi a Pepsi fria e olhei para o que restava.

Em Itália é sempre complicado manter a linha.

A ameaça não estava naquela *pizza*. Estava na certeza de que eu seria capaz de repetir a experiência duas horas depois, com a mesma convicção de que a disciplina matinal autorizava reincidências gastronómicas. Continuei pela Via dei Tribunali, passei na zona do Complesso Monumentale di Santa Maria delle Anime del Purgatorio ad Arco sem confundir a instituição religiosa com o estabelecimento onde comprara o almoço, distinção banal que merece ser conservada porque a proximidade e um nome partilhado bastam, por vezes, para os narradores criarem relações que o mundo não criou.

Ao guardar a lata vazia, vi que estava a poucos minutos da Via Vincenzo Bellini. A decisão de ir ao Bourbon Street Jazz Club veio sem pesquise e sem programa. Eu sabia onde era. Voltaria quando escurecesse.

A porta reconhecível conduzia à cave e foi o Ruggiero quem entrou comigo pela memória, não a Cecília. Tinha sido ele a levar-me ali numa ocasião remota, escolhendo uma mesa próxima dos músicos, onde ouvi “Autumn Leaves” e observei o saxofonista com uma atenção que mais tarde contribuiria para a compra do Selmer, um saxofone de topo. Há impulsos que não regressam com estrondo, mexem apenas um dedo que julgávamos quieto e esperam que o resto da mão os acompanhe.

Sentei-me num lugar de onde podia ver o quarteto e pedi água com gás. Os músicos não tinham nomes que eu pudesse dar ao leitor sem os inventar e inventá-los seria talvez uma pequena violência, porque lhes retiraria justamente aquilo que naquela noite bastava que fossem, quatro homens a